



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
|Segurança pública| e sistema penitenciário

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público-alvo.....	4
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso.....	5
7. Competências e Habilidades do Curso	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	6
Composição do Corpo Docente.....	9
9. Estágio Não Obrigatório	9
10. Matriz Curricular	10
11. Carga Horária.....	10
12. Conteúdo programático.....	11
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Segurança pública e sistema penitenciário

Área de Avaliação (CAPES): Direito

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (6000007)

Área do Conhecimento (CAPES): Direito

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 200 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

O curso é destinado a profissionais das áreas que gravitam no entorno da temática da Segurança Pública, das ciências humanas e sociais, da psicologia, da tecnologia, gestores e tecnólogos em Segurança, das ciências policiais e órgãos militares federais e estaduais, bacharéis em Direito, advogados, juízes, promotores, defensores públicos, e demais profissionais com curso superior em geral.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no Portal Pós, entrega da documentação pessoal e do diploma da graduação autenticado. Em seguida, analisados pela Instituição.

5. Justificativa do Curso

O Curso de Pós-Graduação em Segurança pública e sistema penitenciário encontra a sua justificação quando se constata que as consequências e os efeitos da insegurança social e da violência urbana em contextos de denotada complexidade, como no modelo brasileiro, demonstram a imprescindibilidade de serem estabelecidas políticas públicas incidentes na área, tendo como base a produção de estudos e diagnósticos qualificados dos diversos problemas e questões correlatas, pautadas pela proposição de medidas que levem em conta os respectivos aspectos multifacetados.

Assim, torna-se necessário qualificar de forma científica, os operadores que serão responsáveis pela criação, efetivação e administração de políticas públicas na área de Segurança Pública que, mormente, tem sido demarcada pela ausência de critérios profissionais e pela adoção de respostas ocasionais, sem observar estudos e análises calcados em parâmetros metodológicos e científicos.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Preservar, sustentar e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, a partir da tomada de consciência quanto a relevância da Segurança Pública no cenário nacional das políticas sociais.

6.2. Objetivos Específicos

- Viabilizar o alcance a debates e discussões pautados em parâmetros metodológicos e científicos.
- Contribuir para a consubstanciação do Estado Democrático e Social de Direito.
- Capacitar, no campo da Segurança Pública, estudantes e profissionais das áreas que gravitam no entorno da temática da Segurança Pública, nesse sentido, especialmente, profissionais das ciências humanas e sociais, do direito, da psicologia, da tecnologia e das ciências policiais em geral.

7. Competências e Habilidades do Curso

Competências

- Atuar na resolução de problemas complexos no campo da Segurança Pública, utilizando-se de modernas práticas de intermediação e no desenvolvimento de pensamento crítico no campo das ideias, buscando melhorar os processos internos na área da Segurança Pública, utilizando-se de criatividade, inteligência emocional, interpessoal e relacional.

Habilidades

- Capacidade de efetivar o planejamento da abordagem e da solução de problemas ligados à dinâmica própria e particular da área da Segurança Pública.
- Executar programas e respectivo planejamento.
- Compreender a complexidade das demandas afetas à área da Segurança Pública.
- Análise crítica das possíveis soluções relacionadas com a temática da Segurança Pública.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado compromissado com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Segurança pública no Brasil	0h	40h	40h
Direitos humanos na segurança pública	0h	40h	40h
Política criminal e criminologia	0h	40h	40h
Garantismo penal e criminalidade organizada	0h	40h	40h
Inteligência e investigação policial	0h	40h	40h
Execução penal e sistema penitenciário	0h	40h	40h
Direito administrativo aplicado à segurança pública	0h	40h	40h
Gestão na segurança pública	0h	40h	40h
Mapeamento e gerenciamento de crises	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa.

Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Competências e Habilidades:

- Identificar as características do aluno da modalidade de educação a distância;
- Utilizar ferramentas tecnológicas de apoio a pesquisa;
- Comunicar-se com clareza e assertividade oralmente e por escrito; □ Gerenciar tempo e atividades de estudo.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia básica:

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MOORE, Michael G., **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**.

3. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Disciplina: Segurança pública no Brasil

Ementa: Noções introdutórias da Segurança Pública; História da Segurança Pública no Brasil; Paradigmas de Segurança Pública; a Constituição Federal e Segurança Pública; Sistemas de Defesa Social no Brasil Contemporâneo; Segurança pública e bases fundantes da política: o monopólio da força pelo Estado, a tradição liberal e a prática democrática. Modelos de Gestão e Políticas de Segurança Pública. Conceitos: O

Processo Constitutivo da Organizações Policiais no Brasil.
Funções e Atribuições da Polícia numa sociedade Democrática.
Modelos de controle das organizações policiais: controle interno, externo e misto. Propostas de reformulação do Sistema de Segurança Pública Nacional.

Competências e Habilidades:

- Analisar o estudo da Segurança Pública no Brasil;
- Compreender o status vigente da Segurança Pública no Brasil;
- Análise crítica das possíveis soluções relacionadas com a temática da Segurança Pública;

Conteúdo Programático 1: Noções introdutórias e história da segurança pública no brasil contemporâneo. Paradigmas de Segurança Pública; a Constituição Federal e Segurança Pública.

Conteúdo Programático 2: Sistemas de Defesa Social no Brasil

Contemporâneo; Segurança pública e bases fundantes da política: o monopólio da força pelo Estado, a tradição liberal e a prática democrática.

Conteúdo Programático 3: Modelos de Gestão e Políticas de Segurança Pública. Conceitos: O Processo Constitutivo da Organizações Policiais no Brasil.

Funções e Atribuições da Polícia numa sociedade Democrática.

Conteúdo Programático 4: Modelos de controle das organizações policiais: controle interno, externo e misto. Propostas de reformulação do Sistema de Segurança Pública Nacional.

Bibliografia Básica:

ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha - Policiamento e Segurança

Pública no Século XXI - Centre for Brazilian Studies - University Of Oxford – ZAHAR.

AZABÓ, Ilona. RISSO, Melina. Segurança Pública para virar o jogo. ZAHAR.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Segurança Pública. Atlas. 2013

AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Direito e Segurança Pública, a Juridicidade Operacional da Polícia. Brasília: Consulex, 2003.

SILVA, Jorge da. Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional – Ed. Saraiva, 2012.

BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais. O princípio da dignidade da pessoa humana. Ed. Renovar, 2008.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 33ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar:

BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa. São Paulo: Malheiros, 2011.

CENEVIVA, Walter. Direito Constitucional Brasileiro - São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 12ª ed. Saraiva Jur. 2019.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Ed.

Revista dos Tribunais, 2018.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 17ª ed. Saraiva Jur. 2019

BITTNER, Egon. A capacidade do uso da força como função nuclear no papel da polícia. In Aspectos do Trabalho Policial. Coleção Polícia e Sociedade, vol. 8.

São Paulo, EDUSP, 2003, pp.: 107-113.

FOUREAUX, Rodrigo. Segurança Pública. Juspodivm. 2019.
SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. SANTOS, Leonardo Augusto de A. Cezar dos. JUNIOR, Octahydes Ballan. SILVA, Rodrigo Monteiro da. Segurança Pública – os Desafio da Pós-Modernidade. Lumen Juris. 2019.

Disciplina: |Direitos humanos na segurança pública|

Ementa: Direitos Humanos e Segurança Pública. Piso Mínimo de Direitos Humanos. Segurança Pública como garantia de efetividade dos Direitos Humanos. Segurança Pública e Dignidade da Pessoa Humana. Normas Nacionais e internacionais do sistema prisional e tratamento de presos.

Competências e Habilidades:

- Discutir os Direitos Humanos frente à Segurança Pública;
- Executar programas e respectivo planejamento, observando as diretrizes dos humanos direitos;
- Compreender a complexidade das demandas afetas à área da Segurança Pública;

Conteúdo Programático 1: Direitos Humanos e Segurança Pública.

Conteúdo Programático 2: Piso Mínimo de Direitos Humanos.

Conteúdo Programático 3: Segurança Pública como garantia de efetividade dos Direitos Humanos.

Conteúdo Programático 4: Segurança Pública e Dignidade da Pessoa Humana. Normas Nacionais e internacionais do sistema prisional e tratamento de presos.

Bibliografia Básica:

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 11ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. 5ª edição. Ed. Método. 2018.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 18ª ed. rev. amp. atual. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SCAFF, Fernando Facury. Contribuições de Intervenção e Direitos Humanos de Segunda Dimensão. Revista de Direito Tributário da Apet. São Paulo: Ed. MP, 2006.

Bibliografia Complementar:

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Direitos Humanos Fundamentais. 15ª edição. Saraiva. 2016.

JR., Paulo Hamilton Siqueira Jr. OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de Oliveira. 4ª edição. Saraiva. 2016.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 5ª edição. Saraiva Jur. 2017.

SPANHOL, Fernando J. LUNARDI, Giovani M. SOUZA, Márcio Vieira. Tecnologias da Informação e comunicação na Segurança Pública e Direitos Humanos. Blucher Open Acess.

Disciplina: Política criminal e criminologia

Ementa: Noções de criminologia; Antecedentes históricos e a mudança de paradigma. O crime e a pessoa do criminoso. As escolas criminológicas e criminologia crítica. O nível de exposição, as condições espaciais, o comportamento individual e relações com a vitimização. Formulação das políticas públicas de segurança. Processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflitivas. A defesa social e a nova defesa social. A res pública e a segurança. Política Criminal. Movimentos Sociais Urbanos, cidadania e prevenção: a governabilidade urbana.

Competências e Habilidades:

- Estudar o crime e o criminoso;
- Compreender a complexidade das ações criminosas;
- Aprofundar análise crítica dos temas relacionados a criminologia.

Conteúdo Programático 1: Noções de criminologia;

Antecedentes históricos e a mudança de paradigma. O crime e a pessoa do criminoso. As escolas criminológicas e a criminologia crítica.

Conteúdo Programático 2: Bases epistemológicas da política criminal. O nível de exposição, as condições espaciais, o comportamento individual e relações com a vitimização. Formulação das políticas públicas de segurança.

Conteúdo Programático 3: Processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflitivas. Penologia e Vitimologia.

Conteúdo Programático 4: A defesa social e a nova defesa social. A res pública e a segurança. Movimentos Sociais Urbanos, cidadania e prevenção: a governabilidade urbana.

Bibliografia Básica:

CARVALO, Salo de. Anti manual de criminologia. 6ª edição. Saraiva.

FILHO, Nestor Sampaio Penteado. Manual Esquemático de Criminologia. 9ª edição. Saraiva Jur. 2019

MAÍLLO, Afonso Serrano. PRADO, Luiz Regis. Criminologia. 4ª edição. Gen Forense. 2019

FARIAS JÚNIOR, JOÃO. Manual de Criminologia. Curitiba. Juruá Editora, 2008.

SOUZA, M. A.(org) Território: globalização e fragmentação. São Paulo:

HUCITEC, 1994.

TUAN, Y. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CALDEIRA, T. P. do R. Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CARVALHO, Márcio R. de. Percepção espacial, crime e medo: entre o real e o imaginário. Um estudo sobre as evidências sócio-espaciais e sociabilidades em Marília/SP. 2007. 174 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, 2007.

DELMAS-MARTY, Mireille. Os grandes sistemas de política criminal. Barueri: Manole, 2004.

GONZAGA, Christiano. Manual de Criminologia. 1ª edição. Saraiva Jur. 2018

Disciplina: Garantismo jurídico penal e a Criminalidade Organizada

Ementa: Garantismo jurídico-penal. Evolução histórica do Direito Penal. Princípios constitucionais penais. Funções do Direito Penal. Tendências punitivas do Direito Penal. Pena e racionalidade. Criminalidade Organizada e a Segurança Pública. Conceito, requisitos, características e modelos estruturais do crime organizado. Crime organizado e sistema penitenciário. Crime organizado transnacional. Crimes cometidos pela criminalidade organizada (contra a pessoa, contra o patrimônio, crimes contra a administração pública. Lavagem de dinheiro. Tráfico de entorpecente).

Competências e Habilidades:

- Desenvolver os temas referentes ao Garantismo jurídico penal.
- Aprimorar os estudos acerca da criminalidade organizada.
- Estudo das principais figuras delitivas praticadas pela organização criminosa.

Conteúdo Programático 1: Garantismo jurídico-penal.

Evolução histórica do Direito Penal. Princípios constitucionais penais. Funções do Direito Penal.

Tendências punitivas do Direito Penal. Pena e racionalidade.

Conteúdo Programático 2: Criminalidade Organizada. Noções introdutórias. Conceito, requisitos, características e modelos estruturais do crime organizado, trazidos pela lei 12.850/13. Crime organizado e sistema penitenciário.

Conteúdo Programático 3: Crime organizado transnacional.

Convenção de Palermo e demais atos internacionais referentes à criminalidade organizada.

Conteúdo Programático 4: Crimes cometidos pela criminalidade organizada (contra a pessoa, contra o patrimônio, crimes contra a administração pública.

Lavagem de dinheiro. Tráfico de entorpecente).

Bibliografia Básica:

JR, Aury Celso Lima Lopes. Direito Processual Penal. 16ª edição. Saraiva Jur.

2019.

FISCHER, Douglas. Garantismo Penal Integral. 2ª edição. 2013.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal. RT. 2002.

NUCCI, Guilherme de Souza, Organização Criminosa. 4ª edição. Gen/Forense.

BITENCOURT, Cezar Roberto. BUSATO, Paulo César.

Comentário à Lei de Organização Criminosa. Saraiva.

Bibliografia Complementar:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito penal. Parte 1. 25ª edição.

Saraiva Jur. 2019

BRITO, Alexis Couto de. OLIVEIRA, William Terra de. PAZ, Miguel Ángel Nunez. OLIVÉ, Juan Carlos Ferré. Direito Penal Brasileiro. Parte Geral. 2ª edição. Saraiva Jur, FILHO, Vicente Greco. Comentários à Lei de Organização Criminosa. Editora Saraiva.

Disciplina: Inteligência e Investigação Policial

Ementa: Inteligência e contrainteligência: história, definições e princípios básicos. Sistemas e subsistemas de inteligência. As agências de inteligência. A inteligência no campo da segurança pública e no sistema penitenciário. Investigação criminal e suas técnicas. Colaboração Premiada. Ação controlada e infiltração de agentes.

Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.

Competências e Habilidades:

- Estudar as técnicas de inteligência policial;
- Aprimorar os estudos da investigação policial
- Análise crítica das possíveis soluções relacionadas com a temática da Segurança Pública.

Conteúdo Programático 1: Inteligência e contrainteligência: história, definições e princípios básicos. Sistemas e subsistemas de inteligência.

Conteúdo Programático 2: As agências de inteligência. A inteligência no campo da segurança pública e no sistema penitenciário.

Conteúdo Programático 3: Investigação Policial e seu fundamento jurídico:

Conceito, tipos e técnicas realizadas pela polícia judiciária.

Conteúdo Programático 4: Colaboração Premiada. Ação controlada e infiltração de agentes. Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.

Bibliografia Básica:

LEMGUBER, Julita (org) Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil.

RJ:IPEA, 2000.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Curso de Investigação Criminal.

3ª edição. Atlas. JR, Aury Lopes. GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. Investigação Preliminar no Processo Penal. 6ª edição. Saraiva.

JR, Aury Lopes. Fundamentos do Processo Penal. Introdução Crítica. 5ª edição. Saraiva Jur. 2019

Bibliografia Complementar:

BRITO, Alexis Couto de. FABRETTI, Humberto Barrionuevo. LIMA, Marco

Antonio Ferreira. Processo Penal Brasileiro. 4ª edição. Atlas

MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal. 4ª edição.

Saraiva Jur. PACELLI, Eugênio. FISCHER, Douglas.

Comentários ao Código de Processo penal e sua Jurisprudência. 10ª edição. Gen/Atlas. 2018 |

Disciplina: Execução Penal e Sistema Penitenciário

Ementa: Definição de Execução Penal. Finalidade. Natureza jurídica. Juízo

Competente. Aplicabilidade ao preso provisório. Da assistência ao condenado: Espécies. Direito do condenado e dever do Estado. Trabalho penitenciário (direito e dever). Dos deveres e direitos do condenado. Da disciplina e das faltas disciplinares.

Caracterização. Sanções e princípios aplicáveis. Regime Disciplinar Diferenciado. Estabelecimentos penais e regimes prisionais. Disposições Gerais e regras especiais de individualização do cumprimento da pena. Sistema progressivo. A questões sobre o estímulo gradual à ressocialização do condenado. Monitoramento Eletrônico. Excesso ou desvio na execução da pena. Princípios aplicáveis. Distinção e pressupostos de ocorrência. Responsabilidade Civil do Estado por excesso de execução. Pacote anticrime na Execução Penal.

Competências e Habilidades:

- Aprofundar a análise da Execução Penal.
- Capacitar o aluno para solucionar problemas a partir de preceitos éticos e normativos vigentes.
- Desenvolver

Conteúdo Programático 1: Definição de Execução Penal.

Finalidade. Natureza jurídica. Juízo Competente. Aplicabilidade ao preso provisório. Da assistência ao condenado: Espécies. Direito do condenado e dever do Estado. Trabalho penitenciário (direito e dever). Dos deveres e direitos do condenado.

Conteúdo Programático 2: Da disciplina e das faltas

disciplinares. Caracterização. Sanções e princípios aplicáveis. Regime Disciplinar Diferenciado. Estabelecimentos penais e regimes prisionais. Disposições Gerais e regras especiais de individualização do cumprimento da pena. Sistema progressivo.

Conteúdo Programático 3: A questões sobre o estímulo

gradual à ressocialização do condenado. Monitoramento Eletrônico. Excesso ou desvio na execução da pena. Princípios aplicáveis. Distinção e pressupostos de ocorrência.

Responsabilidade Civil do Estado por excesso de execução.

Conteúdo Programático 4: Pacote anticrime e seus impactos na Execução Penal.

Bibliografia Básica:

MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. 14ª edição. Saraiva.

AVENA, Norberto. Execução Penal. 4ª edição. Gen/Método.

NUCCI, Guilherme de Souza. Gen/Forense

CUNHA, Rogério Sanchez. SOUZA, Renee do Ó. SUXBERG, Antonio

Henrique Graciano. Projeto de Lei Anticrime. 1ª edição. Juspodivm, 2019.

Bibliografia Complementar:

BRITO, Alexis Couto. Execução Penal. 4ª edição. Saraiva Jur.

ISHIDA, Válder Kenju. Prática Jurídica de Execução Penal. 3ª edição. Atlas MARCÃO, Renato. Lei de Execução Penal Anotada. 6ª edição. Saraiva Jur.

MIRABETE, Julio Fabrini. Execução Penal. 14ª edição. Atlas, 2018.

Disciplina: Direito Administrativo aplicado a Segurança Pública

Ementa: Conhecimentos relativos aos princípios jurídicos regentes da atividade administrativa executada pelo militar do Estado. Princípios do Direito Administrativo aplicados à Segurança Pública. Poderes Administrativos. Responsabilidade Civil da Administração Pública e do Agente de Segurança Pública. Improbidade Administrativa.

Competências e Habilidades:

- Desenvolver conhecimentos relativos à aplicação do direito administrativo aos profissionais da Segurança Pública.
- Aprofundar estudo da responsabilidade civil da administração pública.
- Aplicar regras da probidade administrativa na execução de programas na Segurança Pública.

Conteúdo Programático 1: Conhecimentos relativos aos princípios jurídicos regentes da atividade administrativa executada pelo militar do Estado, sintonizando seus conceitos com as contemporâneas exigências e necessidades do relacionamento Estado-Sociedade.

Conteúdo Programático 2: Princípios do Direito Administrativo aplicados à Segurança Pública.

Conteúdo Programático 3: Poderes Administrativos. Responsabilidade Civil da Administração Pública e do Agente de Segurança Pública.

Conteúdo Programático 4: Responsabilidade Civil da Administração Pública e do Agente de Segurança Pública. Improbidade Administrativa.

Bibliografia Básica:

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17ª edição. Saraiva.

FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 33ª edição.

Gen/Atlas. 2019.

NOHARA, Irene. Direito Administrativo. 9ª edição. Gen/Atlas. 2019

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 2018.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito Administrativo. 32ª edição. São Paulo:

Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Jorge Luiz Nogueira de. Direito Administrativo Militar. 2ª edição.

Gen/Método.

FIGUEIREDO, Lucia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.

LAZZARINI, Álvaro. Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LAZZARINI, Álvaro et al. outros. Direito Administrativo da Ordem Pública. São Paulo: Forense, 2007.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes. Tratado de Direito Administrativo Disciplinar.

2ª edição. GEN/Forense. |

Disciplina: Gestão em Segurança Pública e Sistema Penitenciário

Ementa: Gestão de Recursos Humanos em Segurança Pública e no sistema penitenciário. Gestão Financeira e Orçamentária em Segurança Pública e no sistema penitenciário.

Competências e Habilidades:

- Capacidade de efetivar o planejamento da abordagem e da solução de problemas ligados à dinâmica própria e particular da área da Segurança Pública.
- Executar programas e respectivo planejamento.
- Aprofundar a gestão dos recursos relativos à Segurança Pública.

Conteúdo Programático 1: Gestão de Recursos Humanos em Segurança

Pública e no sistema penitenciário.

Conteúdo Programático 2: Gestão Financeira e Orçamentária em Segurança Pública e no sistema penitenciário.

Conteúdo Programático 3: Gestão Patrimonial, de Materiais e Logística em Segurança Pública e no sistema penitenciário.

Conteúdo Programático 4: Compliance e Sistema Normativo Anticorrupção.

Bibliografia Básica:

LEMUGER, Julita (org) Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil. RJ:IPEA, 2000.

COSTA, Ivone Freire. Polícia e Sociedade. Gestão de Segurança, Violências e Controle Social. Salvador, EDUFBA, 2005.

FISCHER, Rosa Maria. O Direito da População à Segurança.SP. Vozes,1985.

PORTELA, Paulo Roberto Aguiar. Gestão de Segurança. RJ.:ED. Rio,2003.

Bibliografia Complementar: |

COSTA, Ivone Freire. Polícia e Sociedade. Gestão de Segurança, Violências e Controle Social. Salvador, EDUFBA, 2005.

FISCHER, Rosa Maria. O Direito da População à Segurança. SP. Vozes,1985.

PORTELA, Paulo Roberto Aguiar. Gestão de Segurança. RJ.:ED. Rio,2003.

Disciplina: Mapeamento e gerenciamento de crises

Ementa: Noções introdutórias de conflito: conceito, tipos, estilo e a forma de tratamento de conflitos. Legalidade funcional no gerenciamento e na negociação dos conflitos e crises. O mediador: ética e gerenciamento. Mediação em contextos de violência. O surgimento da crise. Processos de intervenção e resolução dos conflitos. Conceitos básicos de gerenciamento de crises. Eventos críticos e sua negociação. Os órgãos de segurança pública e o gerenciamento de conflitos críticos. Alternativas táticas e operacionais para a resolução.

Competências e Habilidades:

- Identificar conflitos e crises;
- Aprofundar conhecimentos para tratativas dos conflitos;
- Desenvolver a mediação como forma de intervenção e resolução de conflitos e crises.

Conteúdo Programático 1: Noções introdutórias de conflito: conceito, tipos, estilo e a forma de tratamento de conflitos. Legalidade funcional no gerenciamento e na negociação dos conflitos e crises. O mediador: ética e gerenciamento. Mediação em contextos de violência.

Conteúdo Programático 2: O surgimento da crise. Processos de intervenção e resolução dos conflitos na segurança pública e no sistema penitenciário.

Conteúdo Programático 3: Conceitos básicos de gerenciamento de crises. Eventos críticos e sua negociação.

Conteúdo Programático 4: Os órgãos de segurança pública e o gerenciamento de conflitos críticos. Alternativas táticas e operacionais para a resolução.

Bibliografia Básica:

SILVA, Marco Antonio. Gerenciamento de crises policiais. 1ª edição. Intersaberes. 2016

BIRCH, John. Como sobreviver na crise. Sem crise. Revista Propaganda, São Paulo, n. 486, p. 9-12, ago. 1993.

CALDINI, Alexandre. Como gerenciar a crise. Exame. São Paulo, v.34, nº2, p.116-18, janeiro 2000.

Bibliografia Complementar:

CARVAS JÚNIOR, Waldomiro. Relações públicas no gerenciamento de crises. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. Obtendo resultados com relações públicas. São Paulo: Pioneira, 1997.

FORNI, João José. Comunicação em tempo de crise. In: DUARTE, Jorge (org.) Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria técnica. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2002.

NASSAR, Paulo. História e comunicação empresarial. Comunicação Empresarial, São Paulo, 1999. |

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

